

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E PSICOLOGIA FORENSE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E PSICOLOGIA FORENSE

DISCIPLINA: CRIMINALIDADE E CRIMINALIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO VIOLENTO
RESUMO Nesta disciplina vamos falar sobre insegurança social, começando por alguns indicadores mundiais e nacionais, e veremos o que as ciências dizem a respeito desse complexo fenômeno da atualidade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS ELEMENTOS PSICOLÓGICOS ENVOLVIDOS A SOCIOLOGIA E A TRANSITORIEDADE DAS RELAÇÕES A VULNERABILIDADE SOCIAL
AULA 2 INTRODUÇÃO CRIMINOLOGIA CULPABILIDADE DO AGENTE CRIMINOSO COMPORTAMENTO CRIMINOSO E APLICAÇÃO DA LEI PENAL CUSTOS DA CRIMINALIDADE E ALGUMAS PERSPECTIVAS
AULA 3 INTRODUÇÃO DOS REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA O ESTADO ATUAL DOS PRESÍDIOS A VULNERABILIDADE NO CÂRCERE ALGUMAS PERSPECTIVAS
AULA 4 INTRODUÇÃO COMPORTAMENTO VIOLENTO E DIREITO PENAL VIOLÊNCIA COMO FENÔMENO SOCIAL CRIMINALIZAÇÃO E MEDIDA DE CULPABILIDADE VULNERABILIDADES
AULA 5 INTRODUÇÃO PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL II CULPABILIDADE EXCLUDENTES CRIMINAIS CRIMINALIDADE E CRIMINALIZAÇÃO
AULA 6 INTRODUÇÃO PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL (II) ALGUNS ELEMENTOS DE PSICANÁLISE

REINCIDÊNCIA RESSOCIALIZAR É PRECISO
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none"> ● CERQUEIRA, D. et al. (Coord.). Atlas da violência 2018. 2018. ● AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V. Tradução de Aristides Volpato Cordioli, Cristiano Tschiedel Belém da Silva, Ives Cavalcante Passos, Christian Kieling e Mário Tregnago Barcellos. Porto Alegre: Artmed, 2014. 5. ed. ● ARAÚJO, Á. C.; NETO, F L. A nova classificação americana para os transtornos mentais – o DSM-5. Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva. São Paulo, v. 16, n. 1, 2014.

DISCIPLINA: A VITIMOLOGIA E O SISTEMA DA VIOLÊNCIA
RESUMO
<p>A violência é um conceito que varia no tempo e no espaço, pois os padrões culturais de cada época constroem aquilo que conhecemos como realidade social. Um exemplo disso é a necessidade de proteção que surge segundo os acontecimentos. Um acidente de trânsito pode ser entendido com dolo ou por meio da culpa diante das causas e consequências dele. No entanto, o termo violência no trânsito só pode ser cunhado com a compreensão do que é o trânsito e do que é a violência. A pena de morte também acompanha esse raciocínio, pois em dado momento histórico já foi aceita e esteve em vigor, mas social e culturalmente não é aplicada em alguns países e proibida no Brasil – pautada no maior erro judiciário que ocorreu com os Irmãos Naves. A realidade social e a história são os cenários pelos quais é necessário transitar para compreender os conceitos gerais de violência.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 INTRODUÇÃO DEBATES INTERDISCIPLINARES SOBRE O QUE É VIOLÊNCIA A ETIMOLOGIA E A AXIOLOGIA DA VIOLÊNCIA VIOLÊNCIA E SEUS ASPECTOS MULTIDISCIPLINARES ASPECTOS HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA PUNIÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO</p> <p>AULA 2 INTRODUÇÃO PUNIÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO VIOLÊNCIA E DIREITO: INTERFACES DE UM DEBATE OBJETIVO E SUBJETIVO AS NORMAS E OS CONTEXTOS SOCIAIS BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SOCIEDADE DE RISCO E PROTEÇÃO AMBIENTAL A DINÂMICA DA SOCIEDADE DE RISCO</p> <p>AULA 3 INTRODUÇÃO VIOLÊNCIA E A CIVILIZAÇÃO</p>

VIOLÊNCIA E A CIVILIZAÇÃO
SEXUALIDADE
VIOLÊNCIA DE GÊNERO
A REVOLUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DA MULHER
ENTRE SER O SUJEITO E O SER OBJETO

AULA 4

INTRODUÇÃO
VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS
VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS
A VIOLÊNCIA E A VITIMOLOGIA COMO PROCESSO
A EDUCAÇÃO E A VIOLÊNCIA
AGRESSIVIDADE, TRANSGRESSÃO E DISCIPLINA
PRECONCEITO E VIOLÊNCIA

AULA 5

INTRODUÇÃO
PSICOLOGIA SOCIAL
PSICOLOGIA SOCIAL
IDENTIDADE
QUESTÕES ÉTICO-POLÍTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
FAMÍLIA E SOCIEDADE
PROCESSOS GRUPAIS

AULA 6

INTRODUÇÃO
VIOLÊNCIA E SAÚDE MENTAL
VIOLÊNCIA E SAÚDE MENTAL
PROTEÇÃO E EXPOSIÇÃO DIANTE DA VIOLÊNCIA
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

BIBLIOGRAFIAS

- BENELLI, S. J. Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar. In: A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas [online]. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 63-84. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/74z7q/pdf/benelli-9788568334447-04.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias – uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: SaraivaJur, 2018.
- FELDMAN, R. S. Introdução à Psicologia. Porto Alegre: Artmed, 2015.

DISCIPLINA:

DIREITOS HUMANOS - ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CONJUNTURAIS

RESUMO

Esta disciplina apresenta aspectos fundamentais dos direitos humanos, com suas perspectivas históricas, natureza e origens conceituais. Ela trata do sistema global de proteção dos direitos humanos, explica a diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais, e descreve projetos societários. Aborda a cultura dos direitos e a condição da dignidade humana. Fala também sobre aspectos críticos do tema, apontando as contradições entre o desenvolvimento econômico e o humano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS
MITIGAÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO

AULA 2

INTRODUÇÃO
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS
SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO
PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS E PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO
PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONOMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

AULA 4

INTRODUÇÃO
SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO
COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO

AULA 5

INTRODUÇÃO
A GLOBALIZAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS
GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO
ANTONIO WOLKMER E O PLURALISMO
DIREITOS HUMANOS COMO DE DIREITO PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO

A EXPANSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA PREVISÃO NA CONSTITUIÇÃO
NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO E A INCORPORAÇÃO DE
TRATADOS

AS FASES DAS CELEBRAÇÕES DE TRATADOS NO BRASIL

A HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS

BIBLIOGRAFIAS

- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. Disponível em: <http://tiny.cc/vy2fcz>. Acesso em: 9 set. 2019.
- VIANA, A. C. A. Conflito entre as nações: um estudo acerca da teoria de Huntington e outras perspectivas. Monografia de Especialização em Sociologia Política – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- SOARES, R. M. F. A releitura da teoria normativa jusfundamental: um caminho para o direito justo. *Revistas Bonijuris*, Curitiba, Ano XXIII, n. 577, dez. 2011.

DISCIPLINA:

CRIMES CIBERNÉTICOS

RESUMO

Esta disciplina tem por escopo estudar o Direito Penal Informático, introduzindo brevemente as noções que permeiam o Direito Penal, a criminalidade cibernética e a dificuldade de tipificação das condutas, desembocando, finalmente, em uma análise da realidade brasileira acerca da legislação que pretende combater os cibercrimes. Assim entenderemos como e porque o Direito Penal passou a se preocupar com algumas condutas adotadas no ambiente digital, como se deu o processo de tipificação e quais foram as efetivamente previstas em nosso direito pátrio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

DADOS SOBRE CRIMES INFORMÁTICOS

TIPIFICAÇÃO CRIMINAL: A TEORIA “TCC” (TÉCNICA, COMPORTAMENTO E CRIME)

CONDUTAS INFORMÁTICAS QUE PODEM SER CONSIDERADAS CRIMES (PARTE 1)

CONDUTAS INFORMÁTICAS QUE PODEM SER CONSIDERADAS CRIMES (PARTE 2)

AULA 2

INTRODUÇÃO

TUTELA AOS BENS JURÍDICOS

CONCEITO JURÍDICO DE CRIME INFORMÁTICO

CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES INFORMÁTICOS

SUJEITO ATIVO, COMPETÊNCIA E LUGAR

AULA 3

INTRODUÇÃO

A CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

CRIMES INFORMÁTICOS COMETIDOS POR FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS - LEI N.

9.983/2000

CRIMES INFORMÁTICOS PUROS E A LEI CAROLINA DIECKMANN (LEI N. Nº

12.737/2012)

INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO: ART. 154-A DO CÓDIGO PENAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR
CRIME DE DANO
CRIME DE PEDOFILIA
CRIMES CONTRA A HONRA

AULA 5

INTRODUÇÃO
CRIMES DE FALSA IDENTIDADE
FRAUDE BANCÁRIA – FURTO QUALIFICADO
FRAUDE BANCÁRIA – ESTELIONATO
CRIME ECONÔMICOS E A LAVAGEM DE DINHEIRO

AULA 6

INTRODUÇÃO
CASOS CONCRETOS: CRIMES PRÓPRIOS
CASOS CONCRETOS: CRIMES IMPRÓPRIOS
PERSPECTIVAS FUTURAS
CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIAS

- AMORIM, D. Prejuízos à economia e à sociedade. Correio Braziliense, 2010. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/29/interna_cidades_df,189487/prejuizos-da-pirataria-a-economia-e-a-sociedade.shtml. Acesso em: 3 abr. 2019.
- AVAST. Academia de ameaças online. Disponível em: <https://www.avast.com/pt-br/conline-threats>. Acesso em: 3 abr. 2019.
- BRASIL é o segundo país no mundo com maior número de crimes cibernéticos. UOL, 15 fev. 2018. Disponível em: <https://www.paginasdedireito.com.br/index.php/artigos/258-artigos-dez-2013/6364-a-protecao-de-dados-pessoais-e-a-internet-the-personal-data-protection-and-the-internet>. Acesso em: 2 abr. 2019.

DISCIPLINA:
PERÍCIAS CRIMINAIS

RESUMO

Este material veio para suprir uma lacuna e atender esta necessidade em um mercado carente de profissionais habilitados e qualificados para exercerem atividades investigativas. No caso, esta disciplina torna-se fundamental, pois ela auxilia ao aluno a compreender detalhes que possam lhe auxiliar numa investigação, tanto para executá-la quanto para complementá-la.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
PERÍCIA CRIMINAL E A CRIMINALÍSTICA
PROVA
CONCEITO DE LOCAL DE CRIME, ISOLAMENTO E PRESERVAÇÃO
DIVISÃO DOS LOCAIS DE CRIME
TIPOS DE LOCAIS DE CRIMES

NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 2

INTRODUÇÃO
O PROCESSO PAPILOSCÓPICO
A PAPILOSCOPIA COMO FORMA DE IDENTIFICAÇÃO
A ESTRUTURA DA PELE E A FORMAÇÃO DIGITAL
DA COLETA NA CENA DO CRIME AO LAUDO PERICIAL
LEGISLAÇÃO ATUAL NA IDENTIFICAÇÃO
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 3

INTRODUÇÃO
NOÇÕES DE GRAFOTECNIA E AS LEIS DO GRAFISMO
CONCEITO DE ESCRITA E DOCUMENTO E AS SUAS CARACTERÍSTICAS
FRAUDES COM DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E IMAGENS
CHEQUES E OS PRINCIPAIS GOLPES COM DOCUMENTOS
IDENTIFICAÇÃO DE MOEDA FALSA: REAL
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 4

INTRODUÇÃO
TANATOLOGIA
TRAUMATOLOGIA
ASFIXIOLOGIA
TOXICOLOGIA
SEXOLOGIA
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 5

INTRODUÇÃO
O SISTEMA RENAVAM
NOÇÕES BÁSICAS SOBRE LIGAS METÁLICAS
S PRINCIPAIS TIPOS DE ADULTERAÇÕES EM VEÍCULOS
VISTORIA E INSPEÇÃO
O LAUDO PERICIAL CRIMINAL
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

INTRODUÇÃO
A CLASSIFICAÇÃO DAS ARMAS
A CLASSIFICAÇÃO DOS CALIBRES
OS TIPOS DE MUNIÇÕES EXISTENTES NO BRASIL

EXAME DE EFICIÊNCIA EM ARMAS E MUNIÇÕES
O EXAME DE CONFRONTO BALÍSTICO E O LAUDO
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. Diário Oficial da União: Poder Executivo, Rio de Janeiro, 13 out. 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 26 set. 2019.
- PORTAL EDUCAÇÃO. Criminalística e o perito criminal. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/medicina/criminalistica-eo-perito-criminal/13592>. Acesso em: 26 set. 2019.
- LIPINSKI, A. C. Crime Organizado e a Prova Penal. Curitiba: Juruá, 2011.

DISCIPLINA: HERMENÊUTICA JURÍDICA

RESUMO

Ao iniciarmos os nossos estudos sobre hermenêutica, primeiramente precisamos ter a compreensão do direito como um modo de linguagem, isso porque a linguagem depende de interpretação. Podemos dizer que a hermenêutica está intimamente ligada à interpretação do Direito, pois no início, quando as primeiras leis surgiram, estas passaram a ser as únicas fontes de direito. Porém, o empasse do Direito visto como uma ciência (conhecimento aprofundado de algo) resolveu-se com uma melhor interpretação das leis. Ou seja, havia o Direito positivo, a lei meramente e literalmente como ela se apresenta, e a ciência do Direito, a qual surge com a interpretação e estudos dessa lei.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS JURÍDICOS
PRINCIPAIS PRINCÍPIOS
LEGISLAÇÃO E HERMENÊUTICA
CARACTERÍSTICAS DA HERMENÊUTICA JURÍDICA

AULA 2

INTRODUÇÃO
ESCOLA HISTÓRICA DE SAVIGNY
ESCOLA DA EXEGESE
ESCOLA TELEOLÓGICA
A HERMENÊUTICA E A LÓGICA JURÍDICA

AULA 3

INTRODUÇÃO
CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES DE INTERPRETAÇÃO
INTERPRETAÇÃO GRAMATICAL OU LITERAL
INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA
INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA

AULA 4

INTRODUÇÃO

INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA
INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA
INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA
INTEGRAÇÃO DO DIREITO

AULA 5

INTRODUÇÃO
ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA
TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS
RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA
ANTINOMIA JURÍDICA

AULA 6

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PARTE 2
DECRETO-LEI N. 4.657/42 E HERMENÊUTICA
HERMENÊUTICA E A LEI 13.655/18
RELEVÂNCIA DA HERMENÊUTICA NO ESTUDO DO DIREITO

BIBLIOGRAFIAS

- PRINCÍPIO. In: Michelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portugues-brasileiro/princ%C3%ADpio/>. Acesso em: 9 jun.2021.
- MAGALHÃES FILHO, G. B. Curso de hermenêutica jurídica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MAXIMILIANO, C. Hermenêutica e aplicação do direito. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DISCIPLINA:

TOMADA DE DECISÃO E INTUIÇÃO

RESUMO

Nesta disciplina você conhecerá determinadas áreas em seus aspectos neurológicos e sociais. Vai ter acesso a estudos que sugerem que certas experiências conhecidas como intuição talvez sejam parte de sua forma comum de funcionar no dia a dia, enquanto, em outras situações, expressam fenômenos não bem compreendidos pela ciência – e, por isso, chamados de anômalos. Verá como podemos nos enganar com uma simples decisão, e os atalhos que frequentemente tomamos ao decidir. Vai pensar sobre o papel da intuição no meio organizacional, em particular com relação ao empreendedorismo e à inovação. Vai, ainda, conhecer os resultados de estudos que se propuseram a treiná-la!

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
INTUIÇÃO
INTUIÇÃO E EMOÇÃO
INTUIÇÃO NÃO-LOCAL OU ANÔMALA (INTUIÇÃO-PSI)?
UMA ESTRUTURA INTEGRADA DE INTUIÇÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO
PROCESSAMENTO NÃO CONSCIENTE E TOMADA DE DECISÃO: NOVAMENTE A INTUIÇÃO?
ASPECTOS NEUROLÓGICOS DA INTUIÇÃO
ASPECTOS SOCIAIS DA TOMADA DE DECISÃO
TOMADA DE DECISÃO NO CONTEXTO DO CONSUMO

AULA 3

INTRODUÇÃO
DISPONIBILIDADE, ERROS LÓGICOS, ÂNCORA
ENQUADRAMENTO E OTIMISMO
AVERSÃO A PERDAS, EFEITO DA AQUISIÇÃO E VIÉS DO STATUS QUO
CEGUEIRA PARA OS VIESES: O QUE FAZER?

AULA 4

INTRODUÇÃO
SEU PAPEL NA ADMINISTRAÇÃO
ALGUMAS PESQUISAS SOBRE INTUIÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES
OCUPAÇÕES DE RISCO
INTUIÇÃO NO ENSINO

AULA 5

INTRODUÇÃO
A MENTE AMBIDESTRA
O EMPREENDEDOR INTUITIVO
PRONTIDÃO, EXPERTISE E CRIATIVIDADE
APLICANDO A INTUIÇÃO: VISÃO E VISIONAMENTO

AULA 6

INTRODUÇÃO
MELHORAR A COMPETÊNCIA INTUITIVA?
INTUIÇÃO-PSI OU ANÔMALA: É POSSÍVEL TREINAR?
GRUPOS DE TREINAMENTO DE INTUIÇÃO-PSI
NEUROLIDERANÇA INTEGRAL: O MODELO INLEAD

BIBLIOGRAFIAS

- EYSENCK, M. W. Manual de Psicologia Cognitiva. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- _____. Um hipotético efeito antecipatório anômalo para estímulos aparentemente imprevisíveis poderia afetar tomada de decisão humana? Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2014.
- SINCLAIR, M. (Ed.). Handbook of intuition research. Northampton: Edward Elgar, 2011.

DISCIPLINA:

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA CIDADANIA

RESUMO

A presente disciplina tem por escopo investigar a interação entre a ética, os direitos humanos e os direitos da cidadania, relacionando como tais matérias podem auxiliar na gestão pública e na construção de políticas públicas assertivas e funcionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O QUE É ÉTICA?
FUNDAMENTOS DA ÉTICA
ÉTICA NA HISTÓRIA
ÉTICA E OUTRAS CIÊNCIAS

AULA 2

INTRODUÇÃO
DIREITOS HUMANOS DE PRIMEIRA DIMENSÃO
DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA DIMENSÃO
DIREITOS HUMANOS DE TERCEIRA DIMENSÃO
SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA BRASILEIRA
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE EM ESPÉCIE
TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CONCEITOS DE CIDADANIA
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA
A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL
EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA

AULA 5

INTRODUÇÃO
DIREITO DAS MINORIAS: PRIVILÉGIO OU NECESSIDADE?
PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS
PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

AULA 6

INTRODUÇÃO
AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS
IMIGRANTES E REFUGIADOS
POPULAÇÃO LGBT

A ÉTICA, OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA CIDADANIA COMO INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICO

BIBLIOGRAFIAS

- BÖTTCHER, C. A. O legado ético e universalista do Direito Romano. Revista da Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 108, p. 155-167, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67981>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- CACHICHI, R. C. D. As relações entre ética e política na concepção de justiça em Aristóteles. Revista CEJ, Brasília, v. 15, n. 55, p. 76-85, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1483/1524>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- FRAZÃO, D. Biografia de Aristóteles. Ebiografia, 24 jul. 2018. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/aristoteles>. Acesso em: 27 nov. 2018.

DISCIPLINA:

SEGURANÇA E AUDITORIA DE SISTEMAS

RESUMO

A Auditoria e os Sistemas de Informação estão em constante atualização em busca de melhores resultados, preocupando-se atualmente com os processos de negócio e com os Sistemas de Informação que os suportam, baseando-se numa abordagem ao risco. Como consequência desta evolução, deve-se verificar também uma indissociável evolução no Modelo de Competências dos profissionais de Auditoria, além da identificação de atividades específicas de Auditoria de Sistemas de Informação prevista em três referenciais de Sistemas de Informação (CobiT, ITIL e ISO 17799/27002) e a utilização dos conceitos de Gestão de Projetos aplicados na Gestão das Auditorias de Sistemas de Informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

TEMA 01 – CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

TEMA 02 – OS OBJETIVOS DA AUDITORIA

TEMA 03 – AS COMPETÊNCIAS DO(A) AUDITOR(A)

TEMA 04 – ROTEIRO E PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO

TEMA 05 – PROCEDIMENTOS: ETAPAS DA AUDITORIA

FINALIZANDO

AULA 2

TEMA 01 – DEFINIÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORIA

TEMA 02 – TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TEMA 03 – AS COMPETÊNCIAS DO(A) AUDITOR(A)

TEMA 04 – AS ÁREAS DE CONHECIMENTO DO AUDITOR DE SI

TEMA 05 – AS COMPETÊNCIAS DE GESTÃO VERSUS AS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

FINALIZANDO

AULA 3

TEMA 01 – O PLANEJAMENTO DE AUDITORIA DE SISTEMAS

TEMA 02 – OS DETALHES DO PLANEJAMENTO

TEMA 03 – A CRIAÇÃO DO PLANO DE AUDITORIA

TEMA 04 – ANÁLISE E DEFINIÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE

TEMA 05 – PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES FINALIZANDO

AULA 4

TEMA 01 – FUNDAMENTOS DE CONTROLES INTERNOS EM SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

TEMA 02 – CONTROLES INTERNOS EM TI, PRINCÍPIOS, FINALIDADES E OBJETIVOS

TEMA 03 – TIPOS DE CONTROLES INTERNOS

TEMA 04 – AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLES INTERNOS DE SI

TEMA 05 – ANÁLISE DE RISCO NA AVALIAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO FINALIZANDO

AULA 5

TEMA 01 – COMPLIANCE

TEMA 02 – NORMAS, GUIAS E PROCEDIMENTOS

TEMA 03 – COBIT

TEMA 04 – ITIL

TEMA 05 – NORMA ISO 17799

FINALIZANDO

AULA 6

TEMA 01 – FERRAMENTAS DE AUDITORIA

TEMA 02 – FERRAMENTAS GENERALISTAS

TEMA 03 – FERRAMENTAS ESPECIALIZADAS

TEMA 04 – FERRAMENTAS DE UTILIDADE GERAL

TEMA 05 – SOFTWARES DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE FUNCIONÁRIOS

FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- IMONIANA, J. O. Auditoria de sistemas de informação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- INFORMATION SYSTEMS AUDIT AND CONTROL ASSOCIATION. COBIT 5, Estados Unidos, 2015. Disponível em: <http://www.isaca.org/COBIT/Pages/COBIT-5-portuguese.aspx>. Acesso em: 9 maio 2017.
- LYRA, Maurício R. Governança da segurança da informação. Brasília, 2015.

DISCIPLINA:

LOGÍSTICA, AÇÕES E OPERAÇÕES DE SEGURANÇA "PRIVADA"

RESUMO

Para iniciarmos os estudos dos fundamentos de inteligência em operações de segurança privada, é importante que fique esclarecido o significado semântico do termo "inteligência" sob duas óticas distintas, de interesse dos objetivos de segurança privada: quando ele se refere a um indivíduo e quando ele se refere a uma organização. É importante fazer essa distinção, visto que o significado de inteligência de processos, de estruturas e de sistemas contém os elementos que nos interessam para a sua aplicação em Gestão de Operações de Segurança Privada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CONTRIBUIÇÃO DA LOGÍSTICA NO INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL
PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES LOGÍSTICAS
PAPEL CONSOLIDADO DA LOGÍSTICA NAS EMPRESAS
LOGÍSTICA INTEGRADA AO MUNDO

AULA 2

INTRODUÇÃO
SUPRIMENTOS EM OPERAÇÕES DE SEGURANÇA - CLASSES
COMUNICAÇÕES, ARMAMENTO, MUNIÇÃO, COLETE BALÍSTICO
TECNOLOGIA DE SEGURANÇA
LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA PRIVADA

AULA 3

INTRODUÇÃO
COMPONENTES DA ESTRATÉGIA DAS OPERAÇÕES DE SEGURANÇA
ESTRUTURA DOS PROCESSOS CRÍTICOS DE SEGURANÇA
RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E TREINAMENTO DE EQUIPES DE SEGURANÇA PRIVADA
PLANO TÁTICO OPERACIONAL DE SEGURANÇA

AULA 4

INTRODUÇÃO
A CULTURA DE SEGURANÇA E A ORIGEM DOS RISCOS
O TRINÔMIO DE SEGURANÇA E AS FUNÇÕES DO CFTV
O PROCEDIMENTO ESTRUTURADO RAZOÁVEL E EXEQUÍVEL
RELAÇÃO DE RISCO VERSUS RECOMPENSA

AULA 5

INTRODUÇÃO
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL
SERVIÇO DE TRANSPORTE DE VALORES
SERVIÇO DE ESCOLTA ARMADA E SEGURANÇA PESSOAL
CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE, RECICLAGEM E EXTENSÕES

AULA 6

INTRODUÇÃO
PROCESSOS DE GESTÃO DE CRISE OPERACIONAL
PROCESSOS DE GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO – GCN
INTRODUÇÃO ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 31.000/2018 E 22.301/2013
INTRODUÇÃO À INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL COMPETITIVA

BIBLIOGRAFIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. ISO/TR 31004:2015: Gestão de riscos: Guia para implementação da ABNT NBR ISO 31000. Rio de Janeiro, 2015.
- _____. NBR ISO 31000:2018: Gestão de riscos: Diretrizes. Rio de Janeiro, 2018.
- _____. NBR ISO/IEC 31010:2012: Gestão de riscos: Técnicas para o processo de avaliação de riscos. Rio de Janeiro, 2012.

DISCIPLINA: SEGURANÇA PÚBLICA E O CRIME ORGANIZADO
RESUMO O crime organizado é um fenômeno inerente à socialização humana. A partir do momento que o homem se reúne com outros, objetivando a comunhão de esforços para a busca dos fins pretendidos, e esses fins se mostram ilícitos, nasce o crime organizado.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS COMPARAÇÕES COM OUTROS TIPOS DE CRIMINALIDADE CRIME ORGANIZADO E OUTRAS FORMAS DE DELINQUÊNCIA CARACTERÍSTICAS ESPECIALIZADAS NO ENFRENTAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
AULA 2 INTRODUÇÃO O TRATAMENTO PELA LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA CRIME ORGANIZADO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E REGIONAL DIREITOS HUMANOS E O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO INTRODUÇÃO À ATUAL LEGISLAÇÃO – LEI N. 12.850/2013
AULA 3 INTRODUÇÃO O CRIME ORGANIZADO POR NATUREZA: CAUSAS DE AUMENTO PENA E A PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS O CRIME DE IMPEDIMENTO OU EMBARAÇAMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL CRIMES OCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO E NA OBTENÇÃO DE PROVA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E CONSEQUÊNCIAS NO PLANO PROCESSUAL
AULA 4 INTRODUÇÃO A PRODUÇÃO DA PROVA DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: A COLABORAÇÃO PREMIADA NA REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS ELETROMAGNÉTICOS, ÓPTICOS OU ACÚSTICOS
AULA 5 INTRODUÇÃO MEIOS DE PROVA: ACESSO A REGISTRO DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS E TELEMÁTICAS MEIOS DE PROVA: INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA MEIOS DE PROVA: AFASTAMENTO DO SIGILO DE DADOS FINANCEIROS,

BANCÁRIOS E FISCAIS
MEIOS DE PROVA: COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES

AULA 6

INTRODUÇÃO
A PROVA TESTEMUNHAL E O INTERROGATÓRIO DO ACUSADO
AÇÃO CONTROLADA
INFITRAÇÃO DE AGENTES
ESTRUTURAS PÚBLICAS

BIBLIOGRAFIAS

- BILYNSKYJ, P. F. M. Crime organizado e o tratamento legislativo brasileiro. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/21856/crime-organizado-e-otratarmento-legislativo-brasileiro/3>. Acesso em: 6 out. 2018.
- BRASIL. Decreto n. 5.505, de 12 de março de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 mar. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm. Acesso em: 6 out. 2018.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 6 out. 2018.

DISCIPLINA:

INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DIGITAIS

RESUMO

O avanço da internet e o desenvolvimento tecnológico possibilitaram a propagação de uma nova abordagem referente aos tipos de crimes: os virtuais. Considerando o surgimento destas ações, se fez necessário também evoluir contra os delitos digitais. A necessidade de profissionais especializados, a dificuldade na identificação e a necessidade da elaboração das provas, são alguns dos temas abordados nesta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
HOMO SAPIENS
A EVOLUÇÃO NO MUNDO DO DIREITO
A CONVIVÊNCIA E AS LEIS
AS LEIS E OS CÓDIGOS
A CONSTITUIÇÃO E OS CRIMES
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 2

INTRODUÇÃO
CRIME
DOLO E CULPA
CRIMES CONTRA A HONRA

AS TECNOLOGIAS E O CRIME CIBERNÉTICO

A PROVA
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 3

INTRODUÇÃO
ONDE OCORREM OS CRIMES CIBERNÉTICOS
A INTERNET, DEEP WEB E DARK WEB
OS LOGS
ENDEREÇO IP – UMA GRANDE EVIDÊNCIA
DA MATERIALIDADE DAS EVIDÊNCIAS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 4

INTRODUÇÃO
OUTROS RISCOS NA REDE
A APURAÇÃO DE CYBERCRIMES
INVESTIGAÇÕES ENVOLVENDO WEBSITES
INVESTIGAÇÃO DE CRIMES ENVOLVENDO E-MAIL (CORREIO ELETRÔNICO)
INTERCEPTAÇÃO TELEMÁTICA
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 5

INTRODUÇÃO
REDES SOCIAIS ONLINE
BUSCA ELETRÔNICA
CRIMES MAIS COMUNS EM REDES SOCIAIS
ADVERSIDADES A SEREM SUPERADAS
DIFICULDADES PARA OBTER-SE A ORIGEM DE UM EVENTO NA INTERNET
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

INTRODUÇÃO
ANÁLISE E PRINCÍPIO FORENSE
LEGISLAÇÃO
COMPUTAÇÃO NAS NUVENS OU CLOUD COMPUTING
A PREPARAÇÃO DA POLÍCIA, JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: cooperação em matéria penal. Brasília: Departamento de Recuperação

de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, 2008. CERT.br. Cartilha de segurança para internet. Disponível em:<http://cartilha.cert.br/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

- HAMMERSCHIMDT, R. 10 dicas para saber se um site é confiável. Tecmundo, 2 jun. 2012. Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/seguranca/1194-10-dicas-paradescobrir-se-um-site-e-confiavel.htm>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- JORDÃO, F. O que é IP estático? E dinâmico? Tecmundo, 30 mar. 2009. Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/1836-o-que-e-ip-estatico-edinamico-.htm>. Acesso em: 12 dez. 2018.

